

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOS JOVENS CAMPELINOS EGRESSOS DA CASA FAMILIAR RURAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES

Antonio Marcos Santos Pereira 1

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) 1

Adelcio Menezes de Sousa 2

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) 2

Rita de Cácia Santos Chagas 3

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) 3

Resumo: Apresenta-se um extrato do resultado referente à pesquisa desenvolvida no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que buscou compreender como se dá a permanência dos egressos da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves de Presidente Tancredo Neves, Bahia (CFR-PTN), assim como, as contribuições desses jovens para o desenvolvimento de suas comunidades. Como objetivo geral buscou-se investigar as contribuições que o processo formativo da Unidade de Ensino agregou à formação dos jovens egressos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio para o fortalecimento do sentimento de pertencimento com o lugar em que vivem. Pesquisa foi de inspiração etnográfica, de caráter qualitativo, sendo os sujeitos doze estudantes e sete pais. O trabalho consiste de uma reflexão sobre a Pedagogia da Alternância e as contribuições dadas para a formação dos jovens campesinos oriundos do município de Teolândia-Bahia. A partir dos resultados observados é possível afirmar que o processo formativo vivenciado pelos jovens gerou impactos significativos para sua formação, fortaleceu seus sentimentos de pertencimento, elevou sua autoestima, melhorou o relacionamento com seus pais, trouxe impactos positivos na renda da família e conseqüentemente na sua qualidade de vida no campo. Neste sentido, pode-se assegurar que a pedagogia da Alternância se constitui um importante instrumento de transformação social, capaz de transformar pessoas e realidade, apontando que uma educação quando é transformadora produz reflexos positivos na sociedade.

Palavras chave: Formação; Pertencimento; Campesinos.

Introdução

A pesquisa busca compreender como se dá a permanência de alguns egressos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves no município Presidente Tancredo Neves, Bahia (CFR-PTN), no meio em que vivem e quais são as contribuições para o desenvolvimento de suas comunidades.

Considerando que o currículo da CFR-PTN trabalha com a formação humana, científica, política e para o trabalho comunitário, é importante compreender como essa formação interfere no processo econômico e cultural das comunidades. O processo de formação do jovem no campo, em um país que ainda mantém fortes tradições agrícolas, apesar do intenso processo de industrialização e urbanização sofrido nas últimas décadas, permite afirmar a partir de análise histórica, que o modelo educacional adotado durante muito tempo, constituiu-se num grande equívoco.

Durante décadas não se procurou realizar uma educação voltada para a realidade camponesa, capaz de promover a identificação do sujeito com o mundo rural e assim permitir com que o jovem camponês permanecesse no campo e vivesse dele com dignidade, visto que, esse modelo sempre priorizou a inserção dos jovens rurais no mercado de trabalho urbano o que pode ter contribuído para o fenômeno da migração do jovem do campo para a cidade e consequente esvaziamento.

Vale salientar que boa parte das tecnologias geradas ainda é um privilégio dos grandes grupos empresariais do agronegócio, excluindo do processo o pequeno agricultor que não detém capital suficiente para adquirir novas tecnologias e incrementar sua produção e renda. Este fator, aliado a falta de políticas públicas eficientes, pode estar contribuindo para o aumento do êxodo rural no campo, sobretudo, entre os mais jovens, que não encontram alternativas para permanecerem no campo.

Neste sentido, a CFR-PTN com o método Pedagógico da Alternância pode ser um importante ator nesse processo de permanência do jovem no campo. Portanto, baseado nesse pressuposto, fez-se necessário avaliar os impactos desse modelo pedagógico na vida familiar de alguns jovens após terem passado pela experiência de estudar na Instituição e assim discutir sobre a importância social dessa modelo de ensino no âmbito do território do Baixo Sul da Bahia, tomando como base um estudo feito com alguns jovens, filhos de agricultores familiares do município de Teolândia-BA.

Assim, o objetivo geral buscou pesquisar sobre as contribuições que o processo formativo da CFR-PTN trouxe para o egresso do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio ofertado por essa Unidade de Ensino e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento com o lugar em que vivem; ao passo que, os específicos pretendem: a) pesquisar as contribuições dadas pelos jovens egressos da CFR-PTN na propriedade da família e na comunidade da zona rural do município de Teolândia - Bahia; b) estudar sobre a permanência dos jovens egressos no campo e possíveis fatores do êxodo; c)

investigar sobre as mudanças comportamentais dos jovens egressos, a partir das perspectivas dos pais.

Na primeira seção aborda-se o percurso sobre a história da educação do campo no Brasil fazendo-se um breve relato dos fatos que marcaram a história da Educação no país a exemplo do Movimento da Escola Nova e das principais leis educacionais criadas e a luta e a participação popular pela reformulação das políticas públicas para os povos do campo. Ato contínuo, destaca-se a história da Pedagogia da Alternância no Brasil, suas principais características pedagógicas, as principais diferenças entre as escolas alternantes, além de trazer um histórico com e caracterização da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves-BA.

Na próxima seção, descreve-se o percursos metodológicos de coletas das informações, como os instrumentos de dados utilizados, além das discussões dos dados, devidamente comentados em comparativos com o que existe de referencial teórico sobre a Pedagogia da Alternância. Por fim, são abordados as considerações finais, no qual estão discorridas as conclusões tiradas ao final da pesquisa.

Educação no Campo no Brasil

O caminho das Casas Familiares Rurais perpassa pelos percursos históricos pelo qual passou a educação brasileira ao longo do tempo. Compreender à sua implantação no Brasil, a partir do Espírito Santo em 1969, nos remete ao resgate desse processo, bem como, a luta dos movimentos sociais do meio rural por uma educação mais igualitária e que considerasse a realidade, as particularidades e as necessidades do povo camponês.

A educação do campo foi estigmatizada por muito tempo no Brasil. O modelo educacional elitista adotada no Brasil desde o período colonial que priorizou a formação da classe burguesa e em especial aos que viviam nos centros urbanos. Esse modelo não via como prioridade qualificar a mão-de-obra rural, pois a atividade rural era vista como rudimentar não exigindo dos povos do campo uma melhor qualificação.

Assim, durante muito tempo, os povos camponeses foram colocados às margens do processo do desenvolvimento do país e a baixa qualificação da população residente da zona rural, dentre outros motivos, também se constituiu em um dos principais fatores que contribuíram ao longo das décadas para o esvaziamento do campo através do fenômeno do êxodo rural, que por sinal agravaram os problemas sociais nos grandes centros urbanos. A

baixa qualidade de ensino como fator de causa do êxodo rural, assim como outros fatores é reforçado por Gervazio, Batista e Cavalcante (2015), conforme abaixo:

Os principais motivos que fazem com que grandes quantidades de habitantes saiam da zona rural para as grandes cidades são: busca de empregos com boa remuneração, mecanização da produção rural, fuga de desastres naturais (secas, enchentes, etc.), qualidade de ensino e necessidade de infra-estrutura e serviços (hospitais, transportes, educação, etc.) (GERVAZIO, BATISTA, e CAVALCANTE, 2015, p.6).

A demora do estado em tratar a Educação no Campo como política pública de inclusão do jovem camponês contribuiu para um problema crônico que vem se repetindo no país ao longo de sua história. O êxodo rural, sobretudo, entre os mais jovens, constitui-se um problema social que esvazia o campo de força de trabalho. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1996 e 2006, o número de jovens com até 29 anos que deixaram o campo chegou a três milhões.

A falta de autonomia no campo e a deficiência no acesso a bens culturais constituem-se uns dos fatores que podem estar contribuindo para este fenômeno. Sem alternativas no campo, os jovens migram para a cidade, fato que está agravando os problemas urbanos e provocando o envelhecimento do campo e ameaça a soberania alimentar do país, já que são das famílias camponesas de onde advém a maior parte dos alimentos postos na mesa dos brasileiros.

A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral. Esse fato contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950 (SILVA JÚNIOR e NETTO, 2011 p. 48).

Diante desse cenário encontramos nas raízes do contexto histórico, em que se deu a formação da sociedade e território brasileiro ao longo dos séculos, a explicação para que o fenômeno do descaso na educação no Brasil e em especial aquela destinada ao povo camponês fosse uma realidade cujos reflexos sentimos até hoje. Corroborando para essa assertiva Breitenbach (2011), quando afirma que:

Para o Brasil, que foi colônia de exploração durante mais de 300 anos, o desenvolvimento de um sistema educacional não era considerado prioridade. Assim, as pessoas que exerciam as atividades agrícolas, ou seja, escravos, índios e negros africanos e os colonos imigrantes, encontravam-se em situação de desvantagem, não podiam esperar políticas educacionais, pois, não se considerava necessário saber ler e escrever para trabalhar com a terra (BREITENBACH, 2011, p. 117).

No entanto, Junior e Netto (2011), reforçam que além dos fatores históricos, o pensamento hegemônico construído ao longo do tempo, também colaborou por criar uma barreira do que são urbano e rural separando esses dois espaços por meio de uma concepção do que o rural é visto como inferior.

A partir da década de 30, o Brasil começou o seu movimento de industrialização e urbanização. Com esse processo boa parte do povo brasileiro começou a idealizar que com a ida do jovem para a cidade isso representaria uma oportunidade do mesmo escapar do serviço braçal do campo, considerado por muitos uma atividade penosa e desgastante. Igualmente, outra parcela dos camponeses passou ver a educação gerada pelo processo de urbanização e industrialização, como um fator gerador de mudanças sociais e aumento do problema do êxodo rural (BREITENBACH, 2011)

Foi nesta década que surgiram às primeiras iniciativas voltadas à educação no meio rural, na tentativa de implementar políticas públicas direcionadas especificamente ao povo camponês, conforme afirma Lourenzi (2015):

Foi a partir da década de 1930 que se possibilitou estabelecer metas para a educação rural brasileira, isso se deu graças à construção de um modelo de educação rural onde se encontrava diversos elementos presentes na legislação federal, nas instituições pedagógicas, e nos currículos escolares. As primeiras iniciativas nos anos 30 se deu sob patrocínio do Ministério da Agricultura do governo de Getúlio Vargas onde foram criadas colônias agrícolas e núcleos coloniais como organismos de fomento ao cooperativismo ao crédito agrícola, o oferecimento de curso de aprendizado agrícola cujos padrões deveriam ser equivalentes ao do ensino regular (LOURENZI, 2015, p.32).

Neste contexto a educação de modo geral, começou a ser debatida, sobretudo em função do movimento Escolanovista (Escola Nova) que questionava o modelo excludente da educacional tradicional, defendendo que a educação deveria atender aos desafios dessa nova sociedade e isso deveria ser feito de forma crítica e dialogada. Esse movimento também defendia uma educação mais democrática e voltada aos interesses de todos. Deste modo, segundo Lustosa Júnior (s.d.) o Movimento da Escola Nova defendia que:

... a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade. Então de acordo com alguns educadores, a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia, o cidadão atuante e democrático (LUSTOSA JÚNIR, s.d. P.3)

Assim em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que dentre outras coisas defendia a igualdade de prioridade entre o processo formativo dos estudantes. Podemos dizer que o movimento da Escola Nova surgiu em contraposição ao modelo dominante e elitista da escola tradicional e buscava uma renovação na educação tornando-a mais democrática e capaz de formar cidadãos críticos, atuantes e aptos a compreender seu verdadeiro papel na sociedade.

Esse movimento teve forte influência dos pensamentos do filósofo e pedagogo americano Jhon Dewey (1859 -1952) e teve Anísio Teixeira como um dos seus principais expoentes. Segundo Carvalho (2011), Anísio escreveu vários livros nos quais se percebe a influencia dos ideais de Dewey, versando principalmente, sobre a importância de se proporcionar a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos e não somente para uma classe privilegiada. Dewey defendia que a escola para ser democrática tinha que ser um lugar de vida no qual o sujeito seja membro da sociedade, tenha consciência do seu pertencimento e para ela contribua (DEWEY, 1895 apud Carvalho 2011, p.70).

Apesar do movimento da escola nova preconizar uma educação mais democrática e de acordo a realidade e anseios da sociedade brasileira, ressalta-se que a educação durante esse período ainda não incluía os povos do campo como prioridade, visto que ainda não se discutia de forma mais aprofundada as reais necessidades da classe trabalhadora do campo.

Três décadas depois do Movimento da Escola Nova, mais precisamente em 1961, foi criada por intermédio do governo brasileiro uma LDB (Lei de Diretrizes e Bases), com a finalidade de tentar frear o fluxo migratório do campo para a cidade e minimizar o agravante processo de pobreza e favelização das cidades.

Na década de 1960, por interesse da elite brasileira preocupada com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampliarão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais” (PROJOVEM CAMPO-SABERES DA TERRA, 2009, p. 12).

De acordo com o SECAD/ MEC, a década de 60 ainda foi palco de um grande movimento popular liderado por educadores das universidades, movimentos religiosos e alguns partidos políticos ligados ideologicamente à esquerda que teve como bandeira a participação popular, dentre elas as do campo, com o objetivo de buscar alternativas

pedagógicas alinhadas à realidade sociocultural e necessidades brasileiras, em contraposição ao modelo exógeno, que segundo os organizadores, não levava em consideração esses aspectos (SECAD/MEC, 2007).

Tais alternativas pedagógicas encontra-se fundamentada nos pensamentos do educador brasileiro Paulo Freire, cujos ideais eram para uma educação voltada às classes populares, centrada no indivíduo e sua transformação. Freire via a educação como um instrumento emancipatório e dentro de uma perspectiva humanista capaz de proporcionar ao sujeito a capacidade de refletir e interferir na realidade em que vive. Segundo Antonio e Lucini (2007), a possibilidade de pensar a educação a partir das classes trabalhadoras, sob o princípio de uma educação que liberta e concebe a vida humana para além das desigualdades, por meio de um processo dialógico, tornou-se uma referência para pensar a educação popular.

A emancipação do sujeito exige romper com a perspectiva fatalista da história (FREIRE, 1988) e para que isso ocorra, acredita-se que é necessário que se desenvolvessem nos sujeitos a capacidade de realizar uma leitura crítica da realidade. Ler criticamente a realidade é um processo de questionar o que está posto e perceber-se como autor de uma determinada história e cultura (LOREZON e SCHUCK, 2015, p.6).

Em 1971, durante o regime militar foi sancionado uma nova LDB (Lei nº 5.692/71), cuja às diretrizes para a educação do campo era voltada para formar indivíduos para atender os interesses do capital empresarial rural ainda que amparado na desculpa de conter o fluxo migratório do campo para a cidade. A educação neste período começa adquirir um viés tecnicista, surgindo neste período às primeiras escolas direcionadas para formação de técnicos em agropecuária.

Dado a esse enfoque instrumentalista da educação adquirido a partir da concepção que a educação deveria formar cidadãos voltados a atender os interesses do mercado de trabalho, surge, em meados dos anos 60, a implantação do modelo Escola-Fazenda direcionada para o ensino técnico em agropecuária, com claras intenções de atender ao crescente processo de industrialização e modernização do campo.

No final da década de 70 e início dos anos 80, com o fortalecimento dos movimentos sociais, os camponeses, aliados com setores da igreja católica e sindicatos começaram de forma organizada lutar por uma educação do campo que contemplasse seus anseios. Pois, conforme à trajetória da educação do campo no Brasil, nos mostra que a política educacional

brasileira deu pouca importância e nem contemplou as necessidades e a realidade dos povos do campo, fato constatado pelo próprio Ministério da Educação.

Dentre os movimentos sociais do campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), deu uma significativa contribuição no processo na busca por uma educação do campo que suprisse os anseios, a luta por uma educação que verdadeiramente fosse direcionada a realidade sociocultural do povo camponês. Conforme afirma Serra e Sobrinho (2013):

No final dos anos 1980, pouco tempo depois da fundação do MST (o Movimento foi fundado em 1984), as discussões passam a girar em torno de uma proposta educacional que contemplasse os anseios, os valores, a cultura, os aspectos físicos e econômicos do meio rural e que proporcionasse às pessoas que vivem no e do campo condições para sua valorização pessoal. Mas só em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é que as expectativas puderam se concretizar, considerando que as LDBs anteriores trataram a educação do campo como se fosse uma extensão do ensino da cidade (SERRA e SOBRINHO, 2013, p.146).

Após o Golpe de 64, período de efervescências dos movimentos sociais e lutas pelos direitos, é que surgem as primeiras Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) no Estado do Espírito Santo, trabalhando com a Pedagogia da Alternância, no Ensino Fundamental. Apesar de terem surgido no final dos anos 60, na década de 1970 vão se expandindo e, mais especificamente, em 1976, inicia-se a primeira experiência de Escola Família Agrícola de Ensino Médio (QUEIROZ, 2011).

Diferenças entre as diferentes escolas alternantes

Embora essas modalidades sejam ancoradas nos princípios da alternância existem diferenças básicas no sistema adotado que merecem ser apontadas para que possamos situar no contexto em que cada uma está inserida. Segundo Queiroz (1997), apud Chaves e Foschiera (2014), as diferenças básicas entre Escola Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais se configuram em:

Casas Familiares Rurais: a) tem origem francesa; b) trabalha em parceria com o poder público e demais órgãos da comunidade; c) a duração das atividades é de três anos em regime de internato: duas semanas na propriedade, no meio profissional rural e uma semana na CRF; d) o público alvo são jovens a partir de 14 anos de ambos os sexos; e) a maioria destas instituições está no sul do Brasil e não estão, necessariamente, ligadas aos movimentos sociais; f) recebem suporte financeiro das prefeituras locais e, no caso do Paraná, a CFR está regulamentada junto à Secretaria de Estado da Educação, enquanto as CFR que estão na região Nordeste do país estão ligadas diretamente aos movimentos sociais; f) a segunda fase do Ensino Fundamental é ofertada em regime de suplência, com duração de três anos; g) o período de alternância é de uma semana na escola e duas semanas na família. Concordando com os demais

autores, Queiroz (1997) reforça que a CFR acentua a formação técnica do agricultor. Já no caso da EFA, Queiroz (1997) destaca que esta: a) se originou no Brasil a partir das escolas italianas; b) tem forte ligação com a Igreja Católica, em alguns casos, como no Espírito Santo, também com a Igreja Luterana; com sindicatos e movimentos sociais; c) o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) é ofertado em período seriado, com duração de quatro anos; d) o período de alternância é de quinze dias na propriedade, “tempo família” e quinze dias na escola, “tempo escola”; e) a EFA acentua a formação intelectual, apesar de existir a formação técnica (CHAVES e FOSCHIERA, 2014, p.87).

Nascimento (2004) cita além da diferença entre esses dois modelos (EFA E CFR), ainda inclui os Centros Comunitários Rurais (ECRs) que, segundo o autor, surgiu juntamente com os modelos anteriores influenciados pelo modelo francês, com a perspectiva de encontrar uma resposta à problemática da educação rural francesa e tem forte ligação com os movimentos sociais e eclesiais. A alternância tornou-se, com o passar dos anos, uma alternativa viável e promissora para os filhos dos camponeses que antes não viam possibilidades de oferecer um ensino formal aos seus filhos.

A CFR-PTN no contexto da pedagogia da alternância

O estado da Bahia é o estado brasileiro com maior número de escolas fundamentadas na metodologia da alternância, são 04 Casas Familiares (CFRs) no Baixo Sul do estado e 26 Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) espalhadas em diversas regiões do território baiano (SEC-BA, 2017). No Brasil a primeira Casa Familiar Rural surgiu no Paraná, em 1984, e no ano de 1992, em Santa Catarina, surge à primeira Casa Familiar do Mar, no município de São Francisco do Sul. Posteriormente, em 2003, surge na Bahia a primeira casa Familiar Rural em Presidente Tancredo Neves e, um ano depois, a Casa Familiar do Mar em Ituberá, e posteriormente a Casas Familiar Agroflorestal em Nilo Peçanha e em 2013, a Casa Familiar Rural do município de Igrapiúna situadas na região do Baixo Sul (PDCIS, 2017).

A Casa Familiar de Presidente Tancredo Neves-Bahia (CFR-PTN), foi a primeira do gênero na Bahia. Como o nome já diz, situa-se no município baiano de Presidente Tancredo Neves-BA, região do território do Baixo-Sul, que compreende os municípios de Gandu, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães. Essa região ocupa uma área de 7168.1000Km², tem uma população total de 336.511 habitantes, sendo 184.986 habitantes (54,97%) urbanas e 151.525 habitantes (45,03%) na zona rural. Possui 1.412 famílias assentadas, 22.048 estabelecimentos da agricultura familiar e um número de

peçoal ocupado na agricultura familiar de 59.825 pessoas. Possui ainda 39 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,63 (MDA, 2017).

Segundo Almeida (2006), a Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves é um centro de formação profissional e tecnológica para o desenvolvimento de jovens empresários rurais¹, líderes em suas comunidades, que adota a Pedagogia da Alternância como metodologia-base. Possui uma capacidade instalada para atender 35 jovens, por alternância, em regime de internato, distribuídos em alojamentos masculino e feminino. Afirma ainda que a CFR/PTN tem como missão educar jovens para a vida, pelo trabalho e para valores.

A CFR/PTN é uma entidade que oferece aos jovens a formação gratuita em Técnica em Agropecuária, integrada ao ensino médio, sendo esses jovens filhos de agricultores oriundos da agricultura familiar que além da formação técnica em agropecuária são educados para se tornarem empresários rurais, com foco no desenvolvimento sustentável de sua propriedade e comunidade ao entorno.

Segundo dados do sitio da Fundação Odebrecht, a Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN) oferece educação profissional de qualidade a jovens, estimulando a permanência no campo e na agricultura familiar, de forma comprometida com o desenvolvimento de suas comunidades e da região. Segunda a Fundação Odebrecht em 2009, foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia a ministrar o curso com Habilitação Técnica em Agropecuário integrado ao Ensino Médio, tornando-se a primeira instituição no Norte/Nordeste com esse tipo de aprovação.

Segundo Santos (2016), o plano pedagógico da escola prevê um curso de três anos de formação que contempla os conteúdos básicos do Ensino Médio exigidos pelo Ministério da Educação, ao mesmo tempo em que introduz um Ensino Técnico baseado nas necessidades da comunidade. Dessa forma, as alternâncias são construídas a partir de temas centrais, como fruticultura, mandiocultura, estudo dos solos, horticultura, entre outros.

Ainda segundo Santos (2016), o requisito necessário para o ingresso dos jovens na Casa é que sejam filhos de agricultores familiares e tenham concluído a oitava série, pois é uma escola para formação de jovens entre 14 e 24 anos. Os monitores entregam as fichas de inscrição, depois analisam o perfil das famílias e os selecionados passam por uma prova de português, matemática e conhecimentos básicos. Esse processo de seleção é coordenado pelos

monitores e após essa etapa os alunos que ingressam na escola são inseridos contextualmente na metodologia da Alternância adotada na instituição, conforme critérios apontados por Santos (2016):

São um total de 10 monitores que anualmente selecionam 3 turmas de 30 estudantes, as quais irão se alternar de tal forma que, na escola, tomando aula, só fica uma turma de cada vez, seguindo um processo de ensino-aprendizagem contínuo com o seguinte itinerário: Comunidade-Escola-Comunidade. Assim, cada turma passa uma semana na escola aprendendo tudo sobre solo e duas semanas nas suas casas, para trabalharem nos seus projetos com a supervisão dos monitores (SANTOS, 2016, p 200.).

De acordo com Santos (2016), a diferença da CFR-PTN das demais escolas de família agrícola do Brasil, pautadas na teologia da libertação e na pedagogia do oprimido, é que ela possui uma filosofia própria, baseada em valores consolidados na Tecnologia Empresarial Odebrecht-TEO², filosofia centrada na educação e no trabalho com uma visão empresarial que incentiva o empreendedorismo e valoriza a capacidade e desejo de evoluir na procura tanto das riquezas materiais quanto morais.

Atualmente a CFR/PTN forma em torno de 30 jovens por ano e segundo um diretor da casa o município de Teolândia-BA é na atualidade o segundo município de origem dos alunos, ficando atrás somente do município de Presidente Tancredo Neves-Bahia, onde fica a sede da CFR.

Metodologia

A pesquisa de inspiração etnográfico, de caráter qualitativo tendo como o principal método de coleta de dados a entrevista qualitativa com a aplicação de questionário. Segundo Gaskell (2002), citado por Di Tullio et al. (2015), a entrevista qualitativa é bastante utilizada nas áreas de humanas para compreender o mundo da vida de um grupo social específico. A partir dela, busca-se explicar as relações entre os atores sociais e sua situação, relacionando-as com outras observações e com a literatura.

Nas entrevistas foram abordados temas como a perspectiva dos jovens quanto a sua melhoria na qualidade de vida e da comunidade, como ele participa da vida social no seu

² A Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) é um conjunto de princípios, conceitos e critérios, com foco na educação e no trabalho, que provê os fundamentos éticos, morais e conceituais para a atuação dos Integrantes do Grupo Odebrecht. Valoriza potencialidades do ser humano, como a disposição para servir, a capacidade e o desejo de evoluir e a vontade de superar resultados. Prevê, ainda, um processo de delegação planejada, baseada na confiança e na parceria entre Líderes e Liderados (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2017).

grupo, as alternativas que vem buscando para melhorar a qualidade de vida de sua família, participação comunitária, solidariedade e transmissão dos conhecimentos adquiridos durante o processo de formação e como estes estão contribuindo para mudar a sua vida e da comunidade. André (2007) afirma que a pesquisa etnográfica se caracteriza fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada.

A pesquisa foi realizada em cinco comunidades: Tanque Grande, Jussara, São Paulinho, Pataxó e Novolândia localizadas no município de Teolândia-Bahia com 12 egressos do curso de agropecuária da CFR/PTN, compreendendo 5 mulheres e 7 homens e 7 pais (Pais e mães). Essas comunidades são compostas basicamente por agricultores familiares que cultivam tradicionalmente o cacau, banana, cravo da índia e o guaraná da Amazônia.

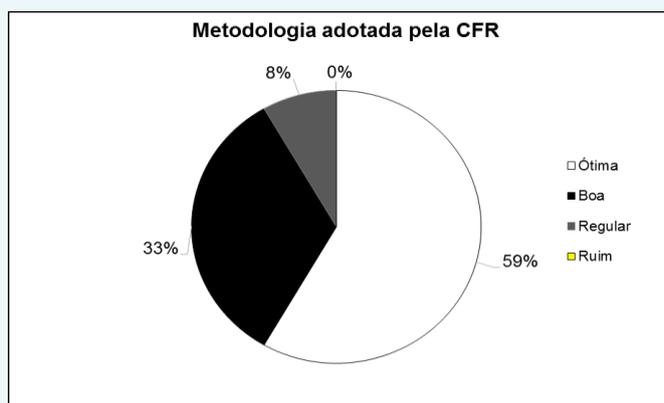
O município, onde se deu a pesquisa possui, segundo o IBGE (2016), uma população estimada de 15.269 habitantes, uma área territorial de 289,6km². Desta população, cerca de 66% residem na zona rural, o que reforça que é um município, cuja principal atividade econômica se concentra nesta região do município.

Resultados e Discursão

Os dados coletados abrangeram diversos aspectos, entre eles o perfil sócio-econômico das famílias, participação e motivação feminina, pretensão dos jovens em permanecer na comunidade, projetos executados pelos jovens em suas unidades famílias, mudanças comportamentais do egresso sob a perspectiva dos pais, conhecimentos técnicos e aplicação na propriedade e visão dos pais com relação à atuação da CFR/PTN na região, contudo, destaca-se aqui os resultados referente a avaliação dos jovens sobre a metodologia adotada na CFR-PTN e a e as mudanças a partir do ingresso na Instituição e planos para o futuro,

De modo geral, os jovens avaliaram como positiva a experiência de passar pelo processo metodológico da alternância, nesta perspectiva 59% avaliaram como excelente e 33% como boa e apenas 8% avaliou como regular (Figura 8). Pois com a justificativa de aliar a teoria e prática, a formação como empresários rurais, os conhecimentos técnicos adquiridos, e sua aplicação nas suas unidades famílias e na comunidade, bem como, os valores aprendidos na escola, durante o período de alternância contribuíram para o fortalecimento do seu vínculo com a família e seu lugar.

Tabela 1 – Avaliação sobre a metodologia adotada na CFR-PTN



Fonte: PEREIRA, 2017

Neste sentido, com a pergunta – qual é a avaliação dos jovens sobre a metodologia adotada na CFR-PTN – temos os relatos abaixo:

Dentro do objetivo que a Casa Familiar tem, a metodologia é excelente, pois consegue passar para os jovens conhecimentos sólidos em relação às principais culturas trabalhadas na região, noções de cooperativismo e associativismo e realmente desenvolve o instinto de empresário nos mesmos, pois trabalha com prazos, metas, objetivos e outros (Alternante 1).

Um novo modelo de ensino que ajuda os jovens no seu crescimento profissional e pessoal, fazendo com que os jovens continuem nas suas unidades famílias com qualidade de vida (Alternante 2).

O modelo de alternância não permite que os jovens percam o vínculo familiar e a paixão pela comunidade (Alternante 3).

Muito boa, pois traz conhecimentos que nos interessa muito e nos influencia a continuar na agricultura (Alternante 4).

Pois, me identifico e tenho habilidade e consigo enxergar minha propriedade como uma empresa e um meio de crescimento (Alternante 5).

A escola dispõe de uma grande fazenda, mesmo assim as aulas práticas em campo ainda falta muito para melhorar o conhecimento dos alunos. Exemplo: Diversificando ainda mais as práticas dos alunos (Alternante 6).

Percebe-se nas falas desses jovens um sentimento de admiração e aprendizado para toda a vida através do processo metodológico da alternância fortalecido a partir do momento que vão adquirindo os conhecimentos teóricos/prático no período pelos quais permanecem na escola e vão aplicando-os quando retornam à sua comunidade o que contribui para a inserção do sujeito no seu contexto social.

No entanto, apesar dos outros jovens elogiarem a metodologia da escola, para o alternante 6 a escola apesar de ter uma boa infraestrutura, ainda carece de uma melhoria no seu processo de ensino, sobretudo com relação a diversidade de aulas práticas.

Dando continuidade ao objetivo de se avaliar a contribuição da CFR/PTN no processo formativo dos jovens egressos, fez-se necessário neste trabalho relatar aspectos da mudança no comportamento desses jovens sob o olhar dos pais. Consideramos importante o olhar dos pais porque os mesmos participaram ativamente do processo formativo dos seus filhos no período escolar, uma vez que, a própria filosofia da escola exige a presença dos pais em todas as decisões da escola.

Diante disso, iniciamos a entrevista perguntando aos pais - Quais mudanças que os mesmo perceberam no comportamento dos jovens após ingressarem na CFR? Na oportunidade entrevistamos sete pais, pois no momento das entrevistas apenas estes se encontravam em casa.

Houve uma mudança enorme, pois aprendemos a trabalhar, ele se tornou uma pessoa competente e responsável. Até mesmo hoje se tornou presidente da associação da região para ajudar a transmitir seus conhecimentos da CFR para as pessoas (Mãe 1).

Sim. Melhorou muito e muito os conhecimentos e o interesse, apesar de antes não ter muita participação na agricultura. Hoje ele se destaca muito bem na agricultura e esta sempre disponível (Mãe 2).

Ficou mais comunicativo, nos orienta na roça e trabalha corretamente com a terra. Tudo que ele tem hoje adquiriu depois que começou a estudar. Focou mais educado e dedicado, além da disciplina (Mãe 3).

Aprendeu mais a trabalhar com na roça, trouxe conhecimentos para nós que nós não sabíamos (Mãe 4).

Mudou bastante, houve uma expectativa melhor de trabalho, gosta muito da área em que atua. Se dedicou mais ao trabalho (Pai 5).

Sim. Nos ensinou a cultivar melhor a terra e demonstrou o desejo de permanecer nela (Pai 06).

Sim. Ficou mais dedicado a roça (Pai 07).

A análise das falas desses pais nos permite dizer que a principal mudança observada foi com relação à disciplina com o trabalho, o desejo de permanecer na propriedade além de oportunizar uma melhora no relacionamento com os pais através do diálogo. Princípios ancoradas nos objetivos principais da Alternância que segundo Santos et. al (2016, p. 198)

também vem para mudar algo preocupante: a falta de diálogo entre pais e filhos, entre educadores e estudantes e entre escola e famílias. No geral, a inserção destes jovens nas EFAs ou CFRs melhora o diálogo entre a família e a comunidade. Isto faz com que a vida familiar fique mais saudável e os filhos sintam-se mais à vontade para dialogar com os pais sobre qualquer assunto.

As escolas preocupam-se em conhecer as necessidades que a comunidade e as famílias possuem e procuram trabalhar em cima delas através do diálogo. Este diálogo essencial para a vida dos jovens traz melhorias para o quadro de necessidades da comunidade, estimulando sua permanência e até a emergência de lideranças comunitárias, como pudemos observar que acontece na Casa Familiar Rural (CFR) de Presidente Tancredo Neves (ECCO; BRESOLINE, 2010 apud SANTOS et al 2016, p 198).

Considerações Finais

Observando o atual contexto da realidade do campo no Brasil, onde uma parcela significativa da população não dispõe de acesso aos bens de consumo e a ausência de políticas públicas eficientes para o povo campestre se constitui um dos fatores que explicam a pobreza rural, iniciativas com efeitos positivos podem apontar caminhos viáveis para que haja uma mudança dessa realidade.

A pesquisa considera que a Casa Familiar de Presidente Tancredo Neves-BA se tornou num importante instrumento de transformação social no campo, visto que, ao trabalhar com os jovens filhos de agricultores familiares está contribuindo para que haja uma mudança de paradigmas no campo, dando aos jovens a perspectiva de que é possível viver no campo, com renda e qualidade de vida. Esse protagonismo juvenil poderá estar servindo de exemplo para que outros jovens que sonham com a vida melhor na cidade passem a olhar para o campo como um celeiro de oportunidades, o que afetará diretamente a problemática do êxodo rural, contribuindo com sua minimização.

No entanto, como a CFR-PTN abrange vários municípios do Baixo Sul da Bahia, e a pesquisa foi realizada em apenas com alguns jovens do município de Teolândia Bahia, e, apesar da pesquisa demonstrar forte indício dos impactos positivos e concretos da CFR-PTN nas vidas desses jovens e suas famílias, nessa região pesquisada, estudos mais profundos e com um universo amostral maior faz-se necessário para que esses dados sejam consolidados ou possa ser identificado algum tipo de fragilidade que não foi identificado por esta pesquisa.

Referencias

ANDRÉ, M.E.D.A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas-SP: Papyrus,1995. A inserção da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre. Março de 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analised/2016/2015pedmulherpoa.pdf>>. Acesso em: 02/05/2017.

BREITENBACH, Fabiane V. **A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos**. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12304/7068>>. Acesso em 16 de out. 2010.

BREITENBACH, F. V. A educação do campo no Brasil: Um história que se escreve entre avanços e retrocessos. **Revista Espaço Acadêmico**, n.121, Jun.2011. Disponível em:<<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12304/7068>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

FUNDAÇÃO Odebrecht-**PDCIS-Iniciativas-Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves**. Disponível em: <<http://www.fundacaooodebrecht.org.br/PDCIS/Iniciativa/5/Casa-Familiar-Rural-de-Presidente-Tancredo-Neves>>. Acesso em: 24 jul.2017.

GERVAZIO, W.; BATISTA, E.; CAVALCANTE, L. dos S. O Êxodo Da Juventude Camponesa: Campo Ou Cidade?. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2015.

LOURENZI, L. **A escola de ensino médio casa familiar rural de Frederico westphalen-rs e a produção e reprodução local e regional a partir dos seus egressos: Um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências)- Universidade Federal de Santa Maria-RS, , p.239, 2015.

LUSTOSA JÚNIO, J.V. **Ao povo e ao governo: O ideário educacional do manifesto dos pioneiros da escola nova no Brasil**. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idin_scrito_8_f6dc1b892a8cacc6eb8fcaf8a94bdd72.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

M.D.A: **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf>. Acesso em; 05 mai 2017.

NASCIMENTO, C.G. Escola Família Agrícola: Uma resposta alternativa do meio rural. **Revista da UFG**, Vol. 7, No. 01 jun. 2004 Disponível em: <https://teste.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/Q02_escola.html>. Acessado em: 23 jul.2017.

QUEIROZ, J.B DE. A educação do campo e a construção das escolas do campo. **REVISTA NERA** –ANO 14, Nº. 18–JANEIRO/JUNHODE 2011 –ISSN: 1806-6755. Presidente Prudente-SP. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1347-3845-1-PB.pdf>>. Acesso em: 31 Jun. 2017.

SANTOS, C. DE. J.; BARBOSA, J. A.; KUSTNER, R. C. **Educação no campo: A Pedagogia da Alternância na Casa Familiar de Presidente Tancredo Neves-Bahia**. RIGS Revista interdisciplinar de gestão social v.5 n.3 set. / dez. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/viewFile/13112/14282>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SERRA, E. ; SOBRINHO, A. P. **A proposta pedagógica do MST e as escolas do Campo**. Bol. geogr., Maringá, v. 31, n. 2, p. 143-152, mai.-ago. 2013 Universidade Estadual do Paraná, Maringá-PR, 2013.

SILVA JÚNIO. A.F. da; NETTO, M.B. **Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando-Revista eletrônica de culturas e educação**. Ano 2.Nov.2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/178695868/POR-UMA-EDUCAO-DO-CAMPO-Percursos-Histicos-e-Possibilidades-Astrogildo-F-Da-Silva-Jnior-e-Mrio-Borg>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Antonio Marcos Santos Pereira

Mestrando em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa Mandioca e Fruticultura). E-mail: marcosvit2000@yahoo.com.br

Adelcio Menezes de Sousa

Mestrando em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, Bahia, Brasil. E-mail: adelciosousa2006@hotmail.com

Rita de Cácia Santos Chagas

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Coordenadora de Ensino e Integração Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Docente titular do Centro de Formação de Professores (CFP), Campus Amargosa (UFRB). E-mail: rdchagas@uol.com.br